

O Progresso

SEMÁRIO NACIONALISTA

Director e Editor, ANTÓNIO-LINO

 Redacção e Administração: Rua de Santo António, 84
 Composição e impressão: Tipografia "Minerva" — Famacão
 Propriedade da Empresa Editora Vimaranesse

Carta de Lisboa

Entre os acontecimentos políticos desenrolados esta semana, mereceu particular atenção a cerimónia realizada no Secretariado da Propaganda Nacional, onde o sr. Ministro do Interior ofereceu um «Porto de Honra» a todos os governadores civis do continente e ilhas adjacentes, vindos expressamente a Lisboa, para importantes reuniões.

O discurso proferido nessa ocasião pelo ilustre titular foi sobremaneira sóbrio e elucidativo. Começou por se referir ao verdadeiro *clima espiritual* do S. P. N., com palavras de inteira justiça para o notável esforço patriótico ali desenvolvido. Depois, entrando propriamente no assunto, definiu a extensão e profundidade dos *sagrados deveres* que animam os governantes distritais, representantes do Governo, elogiando-lhes a acção até agora manifestada e estimulando-os a bem continuarem servindo, cada vez mais integrados nas altas responsabilidades cívicas e morais da sua missão.

Este passo do eloquente discurso vinca o especial sentido doutrinar da política do Estado Novo, cuja aplicação prática tem que seguir um rumo inquebrantável de disciplina e coerência:

«Deveres, numa palavra — frisou o sr. dr. Pais de Sousa — que devem girar à volta dos seguintes princípios fundamentais: *Estado forte, mas de feição generosa; Estado de culto pelos valores espirituais, civilizadores e cristãos; Estado de garantia das liberdades legítimas; Estado de justiça em que os interesses de todos «primam» o interesse de cada um.*»

Muitos dos assistentes, no final da cerimónia, exprimiram a sua enorme satisfação pelo facto de poderem assegurar com absoluto rigor, a unânime lealdade e confiança dos governados, na obra da Revolução Nacional.

*

Aos microfones do nosso primeiro emissor, continuam regularmente as palestras da União Nacional, organizadas, como se sabe, pela respectiva Comissão de Propaganda. Coube a última a Ribeiro Ferreira, que versou o tema da *organização corporativa*.

Tais palestras têm, ao mesmo tempo, um amplo sentido de cultura e propaganda política. Através delas, muito se fica sabendo em matéria de direito, sociologia e outros assuntos de flagrante interesse, cujos princípios importa conhe-

Contra os boateiros

Levantou-se, ultimamente, de certos sectores políticos de baixa intriga, uma corrente de boatos tórpes e tólos, visando atingir a obra realizada por Salazar, como se ela, por si, não fôsse suficientemente e forte clara para resistir à investida dos boateiros.

Sabemos que são inteiramente impotentes os autores de tais boatos para abalar a fé dos portugueses de boa vontade nos destinos abertos à Nação pela nova ordem política e social. No entanto, como das manobras reles e mesquinhas pode resultar certo nervosismo público, importa que cada um de nós, fieis aos princípios da Revolução Nacional e ao seu Chefe, se empenhe em destruir, directamente, em todos os lugares, a mentira da intriga política. É um dever de consciência e de patriotismo. É uma obrigação que a inteligência e o sentimento nos impõem, para que se não perturbem ou baralhem as ideias claras que até aqui temos mantido perante a obra admirável de restauração nacional realizada dentro do Estado Novo.

São de condenar atitudes passivas em frente de boateiros e de boatos de tal natureza. Por uma questão de dignidade pessoal, até, devemos desfazer as atoardas e as intrigas, sempre que delas tenhamos conhecimento. Não proceder desta maneira, por comodidade ou por receio de

cer, para bem no plano superior dos imperativos nacionais.

*

Chega-nos a grata notícia de que o Brasil valoriza cada vez mais o programa da sua colaboração nas festas do Duplo Centenário, a fim de corresponder formalmente ao apêlo que lhe fizemos, como membro distante, mas inseparável, da mesma Família.

A estátua de Pedro Alvares Cabral, que decidiu oferecer-nos, cópia do monumento erigido na Praça da Glória, do Rio de Janeiro — e a Exposição Industrial Brasileira, com que participa nas comemorações de 1940, dão-nos bem a prova dos fraternais sentimentos do grande país de além-Atlântico.

nos julgarem mal os críticos de café, é colaborar com aqueles que, pelos cantos, à bôca pequena ou abertamente, vão lançando insinuações tórpes acerca da política nova e dos que a servem. Desfazer o boato e a mentira, o mesmo é que concorrer para o saneamento do ambiente social. O combate a dar a estes indivíduos autores de mentiras contra a Situação, deve ter uma certa vibração nacionalista, entusiasmo e fé na vitória da verdade que servimos.

Entendemos que acabaram os tempos de complacências em frente de tais manobreadores. A ordem nas ruas e nas ideias devem levar-nos a adoptar atitudes firmes, sempre que haja necessidade de afirmar a justiça e a verdade perante o boato mentiroso e tórpe, perante a calúnia miserável e a insinuação inclassificável.

Não devemos calar-nos quando o boato ou o boateiro se encontrarem na nossa frente. Se assim fizermos, temos a certeza de que se desfarão de pronto as intrigas que por aí têm corrido, visando fins inconfessáveis.

Tudo, afinal, se resolverá com a consciência clara dos deveres que, como nacionalistas, devemos cumprir. É que, ser nacionalista, consiste em pôr de harmonia os actos com as ideias.

A.

*

Não queremos fechar estas linhas, sem fazer um justo comentário ao último número da revista «Ocidente», sob a proficiente orientação de Alvaro Pinto e Manuel Múrias.

Como sempre, esta excelente publicação caracteriza-se pela escolha dos assuntos tratados e pela categoria literária dos seus colaboradores. Destacamos o criterioso estudo acerca de Antonio Nobre, da autoria do académico Agostinho de Campos, que acaba de abandonar a vida pública, forçado pelo limite de idade, depois de receber as homenagens oficiais; a continuação dos ensaios de Queiroz Veloso e Braamcamp Freire, sobre Manuel Pinheiro Chagas e Gil Vicente; os interessantes trabalhos de Eduardo Brazão e Cas-

Avenida dos Pombais

Eis a portaria que o *Diário do Governo* publicou recentemente, concedendo a comparticipação de 120 contos para conclusão da Avenida dos Pombais:

«Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, conceder à Câmara Municipal de Guimarães uma comparticipação de 120.000\$00, pelo Fundo de Desemprêgo, nos termos do decreto n.º 21.699, de 19 de Setembro de 1932, para a execução integral do seguinte trabalho:

Pavimentação do prolongamento da Rua Gil Vicente, ligando a Rua Paio Galvão aos Pombais, em Guimarães, obra orçada em:

Mão de obra. . .	133.336\$29
Materiais . . .	238.399\$92
	371.736\$21

A liquidação da comparticipação será feita mensalmente em conta corrente com a Junta Autónoma de Estradas, nos termos dos artigos 110.º e 117.º do decreto n.º 21.699.

A fiscalização desta obra ficará a cargo da Junta Autónoma de Estradas e deverá ficar concluída dentro do prazo de catorze meses.

O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco.*»

Custando a obra 371 contos, o Estado contribue com 120; a comparticipação é de 32 p. c.

Visado pela Comissão de Censura

tro Osório, este no domínio da pura imaginação; — e os três inspirados sonetos de Simões Müller o «príncipe dos poetas» dos *Jogos Florais* de 1939, da Emissora.

Mais uma vez, apraz-nos felicitar os ilustres directores do «Ocidente», por terem conseguido o verdadeiro prodígio de impor definitivamente uma publicação modelar, em que predomina o rigoroso senso de crítica histórica, o bom gosto literário e um acentuado objectivo de puro nacionalismo.

D A C I D A D E

VIDA CATÓLICA

3.º Domingo da Quaresma

Evangelho (Luc., XI, 14-28). — Estava Jesus expulsando um demónio que era mudo. E, expulso êle, o mudo falou e as gentes ficaram admiradas. Mas alguns diziam: «Ele expulsa os demónios em virtude de Belzebu, príncipe dos demónios». E outros, para o tentar, lhe pediam que lhes mostrasse algum prodígio do céu. E Jesus, vendo os pensamentos deles, disse-lhes: «Todo o reino dividido contra si mesmo será assolado, e cairá casa sobre casa. Pois, se Satanás está também dividido contra si mesmo, como subsistirá o seu reino? E vós dizeis que em virtude de Belzebu é que expulso os demónios. Ora, se por virtude de Belzebu é que eu lanço fora os demónios, vossos filhos por virtude de quem é que os lançam? Por isso êles serão os vossos juizes. Mas, se pelo dedo de Deus é que eu expulso os demónios, então é certo que chegou a vós o reino de Deus. Quando um homem valente guarda armado o seu páteo estão em segurança os bens que possui. Mas, se, sobrevindo outro mais forte do que êle, o vencer, êste lhe tirará tôdas as suas armas, em que êle confiava, e repartirá os seus despojos. O que não está comigo, está contra mim; e o que não colhe comigo, desperdiça. Quando o espírito imundo tem saído dum homem, anda pelos lugares secos, buscando repouso; e, como não acha, diz: Tornarei para a minha casa, donde saí. E, ao voltar, encontra-a varrida e adornada. Vai então, e toma consigo outros sete espíritos piores do que êle, e, entrando na casa fazem habitação. E vem o último estado dêste homem a ser pior do que o primeiro.» E aconteceu que, dizendo êle estas palavras, uma mulher, levantando a voz do meio do povo, lhe disse: «Bem-

-aventurados aqueles que ouvem a palavra de Deus e a cumprem».

Homília. — Este homem que o demónio tornou cego e mudo, é a imagem triste, mas verdadeira, de muitas almas enganadas pelo demónio e cativas por êle nas cadeias do pecado e dos maus hábitos, para que não se lembrem de Deus, nem possam ver a gravidade do seu deplorável estado nem as suas funestas conseqüências, bem como as faltas que cometem. Ora convém advertirmos que êste mutismo espiritual é um perigo não só para a oração, como também para o cumprimento dos deveres de caridade e do nosso estado e para a acusação dos pecados na confissão.

A oração, feita com fé, é a melhor arma do cristão para combater e vencer Satanás, pois por ela alcançamos tôdas as graças. Sem oração não pode haver virtude sólida, nem santidade, nem salvação. Infeliz da alma que assim está muda para Deus e não sabe nem quer orar!

Digne-se Deus iluminar o nosso espírito para compreender estes graves deveres e dar-nos força para os cumprirmos fielmente dum modo especial o de nada calarmos que mereça correção... e que nos conceda a facilidade de trazer ao santo tribunal da Penitência tal ou tal alma que anda afastada.

Meus irmãos, não haverá entre vós quem não tenha sua alma em paz? quem não queira morrer nesse estado em que se encontra?

Fazei pois um exame sério de consciência sobre as três obrigações enumeradas, durante êste tempo da Quaresma em que a Igreja nos convida ao arrependimento.

Desconfiai dos sofismas do demónio, pedi a Deus luz e força para que, livres da escravidão do demónio, sejais fieis a Deus em tudo, servindo-o e amando-o como filhos queridos e esperando a eterna recompensa. Amen.

do sexo feminino; doentes existentes no último dia do mês de Dezembro, 62; doentes entrados durante o mês de Janeiro, 100; doentes saídos: curados, 71; melhorados, 79; no mesmo estado, 11; falecidos, 11. Ficaram existindo no último dia do mês de Janeiro, 100. Banhos dados no balneário, 115; operações de grande e pequena cirurgia, 15; curativos feitos no Banco, 1.236; Oftalmologia — operações, 4; curativos, 614. Injecções aplicadas, 1.332; sessões de raios ultra-violetas, 298; sessões de diatermia, 78, sopa a pobres: S. Paio, 48; Donim, 217.

Hospital António Francisco Guimarães

Consultas no Banco, 21; doentes existentes no último dia do mês de Dezembro, 18; doentes entrados durante o mês de Janeiro, 12; doentes saídos: curados, 4; melhorados, 3; no mesmo estado, 1; falecidos, 0.

Ficaram existindo no último dia do mês de Janeiro, 22. Operações de pequena cirurgia, 0; curativos feitos no Banco, 293; injecções aplicadas, 68.

NOTICIÁRIO

Aniversários

Fazem anos os ex.^{mos} srs. e sr.^{as}:

Fevereiro, 25 — Gaspar Ferreira Raül. 26 — D. Maria Amélia Sequeira Braga Costa e D. Maria Isabel Mendes Belo Carneiro.

27 — D. Maria José Sequeira Braga Cachofel Teixeira Dias.

28 — D. Lúcia de Sequeira Braga de Moraes Sarmiento, D. Emília de Castro Neves Mascarenhas e Menezes e menina Maria Manuel Passos de Oliveira.

29 — Francisco da Costa Guimarães. *Ressurgimento* apresenta a S. Ex.^{as} as mais vivas felicitações.

Indústria Têxtil

No dia 14 do corrente, pelas 20 horas, reuniu em sessão ordinária a direcção do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil, tendo-se tratado da criação duma biblioteca, sala de jogos, um Curso Nocturno e outro diurno para filhos de operários.

Associação Funebre Familiar

No passado dia 21 reuniu, em sessão ordinária, a direcção da Associação Funebre Familiar Operária Vimaranesense que despachou diverso expediente.

Falecimento

No dia 19, na sua residência da Rua de Santa Luzia, faleceu, com 84 anos de idade, a ex.^{ma} sr.^a D. Maria Isabel Navarro Vaz de Nápoles Araújo, esposa do sr. coronel-médico, dr. Augusto José Domingues de Araújo, mãe da sr.^a D. Maria Constança Martins Navarro Vaz de Nápoles Freitas e sogra do sr. dr. João Martins de Freitas.

Ressurgimento apresenta os seus pêsames à família enlutada.

«Obra das Mães»

No passado domingo, em sessão solene, no salão nobre da Sociedade Martins

Sarmiento, fez a distribuição de alguns berços a mães de criancinhas pobres, a «Obra das Mães para a Educação Nacional.»

Os berços e enxovais foram confeccionados pelas filiadas da M. P. F. dos centros do Liceu de Martins Sarmiento, Colégio de N. S. da Conceição e Colégio do Sagrado Coração de Maria.

Casamento

Na igreja de N. S. do Sameiro casaram-se o sr. João Luciano da Costa com a senhora D. Palmira Ribeiro Braga, filha do nosso amigo sr. Manuel Fernandes Braga, comerciante nesta cidade.

Foi celebrante das cerimónias e missa o rev. padre Luiz Gonzaga da Fonseca.

Feira anual

No próximo dia 27, em S. Tocator, realiza-se a costumada feira anual de gado bovino.

Durante a tarde ouvir-se-á uma banda de música.

«9 de Março»

Como nos anos anteriores, é neste dia que a Sociedade de Martins Sarmiento fará distribuição de prémios aos alunos melhor classificados de todos os estabelecimentos de ensino do concelho, quer oficiais quer particulares.

Para êste fim foram já mandados convites a todos os professores.

Sociedade

A tratar de assuntos respeitantes às Comemorações Centenárias, esteve aqui o sr. capitão Henrique Galvão.

—Tem estado um pouco doente o rev. padre Manuel de Freitas Leite, pároco de S. Miguel de Creixomil. Desejamos a sua rev. rápidas melhoras.

Legião Portuguesa

AVISO

São avisados todos os legionários do 1.º terço a comparecer no quartel dêste Batalhão no dia 25 do corrente pelas 9 horas da manhã, devidamente uniformizados.

Quartel em Guimarães, 21 de Fevereiro de 1940.

O Comandante do Batalhão,

Ernesto Moreira dos Santos,

Tenente.

Movimento hospitalar no mês de Janeiro de 1940

Hospital Geral de Santo António

Consultas no Banco, 267; receitas abonadas a doentes externos, 173; parturientes recolhidas, 5; crianças nascidas, 3, sendo 2 do sexo masculino e 1

Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga, com a sede em Guimarães

Sob a presidência do sr. Manuel Magalhães e com a assistência dos srs. Francisco Gomes Alves, Ferreira e Manuel de Araújo, respectivamente, tesoureiro e secretário, reuniu, no dia 7 do corrente, pelas 19 horas, a Direcção do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga, com sede em Guimarães.

Depois de se proceder à leitura da acta da sessão anterior — que foi aprovada — deu-se despacho a vários expedientes recebidos.

Em seguida, o sr. presidente, informou os seus colegas da Direcção de haver principiada a distribuição gratuita de pão aos sócios desempregados da indústria têxtil, para os quais, emprega tôdos os esforços no sentido de os colocar o mais depressa possível.

Sobre tam delicado problema, ainda o sr. presidente disse sentir-se satisfeito, por verificar que algumas fábricas desta

cidade se dirigem a êste Organismo Corporativo pedindo-lhe a indicação de operários que se encontram naquela situação, atitude esta digna de louvor, pois provam os srs. proprietários dos mesmos estabelecimentos fabris quererem colaborar com êste Sindicato.

Oxalá, afirmou o sr. presidente, todos os industriais sigam igual exemplo, porquanto, só assim será debelada, um pouco, a crise do desemprego.

Por último, foram colocadas na mesa, 100 inscrições de novos sócios, que devidamente informadas, tiveram a sua aprovação.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, cerca das 21 horas.

Preço da assinatura

Anual	24\$00
Semestre	12\$00
Trimestre	6\$00
Avulso	\$50

Castelo de Guimarães Santuário Nacional

Agora que a velha cidade de Guimarães — mercê da vontade forte do Chefe do Governo — está reintegrando na História os monumentos e o local onde se gerara no século XI a alma da Nação, vem a propósito recordar alguns factos dos annos vimezanenses, os quais, de passo que se prendem com a notável reintegração histórica, falam do amor dos naturais pelos pergaminhos da sua ascendência e herança nacionalista.

Não quere a desvanecida lembrança de algumas atitudes nobres tidas e havidas por parte dos vimaranenses, na defesa do seu património histórico e monumental, occultar tantos outros *pecados* que as suas edilidades cometeram, ferindo impiedosamente a velha fisionomia do vetusto burgo afonsino. Mas onde a terra portuguesa que esteja isenta de culpas, *ainda mais graves*, quanto às mutilações, às feridas, causadas na sua arquitectura e fisionomia pelas edilidades de estultas preocupações em melhoramentos modernistas, sem ligação lógica com o Passado?

O que se passou em 1666, no momento em que os frades Capuchos quizeram levantar o seu convento em Guimarães, é testemunho de que em muitas circunstâncias os vimaranenses se erguiam, unidos e decididos, para a defesa dos seus três mais notáveis monumentos:

- Castelo
- Igreja de S. Miguel
- Paços dos Duques.

Atentemos neste documento:

«Aos trinta e hum dias do mes de Janeiro de mil e seis centos sesenta he seis annos nesta villa de Guimarães na casa da Camara della aonde estavam juntos o Doutor Affonso Teixeira de Mendonça corregedor com alsada nesta Villa de Guimarães he sua comarca por sua Mag.^{de} Elrey e Paulo da Silva de Freitas vereador mais velho e juis pella ordenasão he Francisco Machado Leite, e o lenseado João Machado de Miranda, Vereadores e Antonio Pinheiro da Silva procurador do Conselho que este presente anno servem pello dito Senhor ahi por hante elles appareirão as pessoas nobres da governança, e povo, ao diante assinados, e por elles foi requerido a elles offisiaes da Camara que a sua notisia viera que os reverendos padres da piedade que nesta Villa estão edificando hum mosteiro alcansarão hãa provisão de Sua Magestade para se aproveitarem da pedra que está nos passos desta Villa e desfazerem todas as obras que elles tem dentro hem si, para com ella correr a obra do dito mosteiro, e que deixando as paredes de fora somente he tapando as portas de pedra he cal ficase só hãa que os ditos relegiosos terião fechada com chave que terião hem seu poder; he porque disto se conseguia grandissimo damno ao credito e honra desta Villa adonde nassera henrique Primeiro Rey deste Reino. e hera esta dita Villa a primeira corte delle, he os ditos passos a obra mais notavel que nesta Villa vezita toda a gente grande que vem a ella,

e faltando ficara esta Villa sem esta mayor honra com que se Sua Magestade fora legitimamente enformado não permitira que a dita obra se damnificasse antes a havia de mandar reparar pella grandeza della, e por não desconsolar aos moradores deste Povo que só da mesma obra se honrão e que da dita provisão requerião a elles Doutor Corregedor, e offisiaes da Camara lhe mandassem dar vista para a impugnar e que entretanto se não fisses obra pella dita provizão, e que não querendo hos ditos relligiosos exhibir a dita provizão em juizo para della se lhes dar vista; e querendo continuar com obra, digo com desfazer as ditas paredes, requerião a elles Corregedor e offisiaes da Camara mandassem proseder ha prizão com coalquer pessoa da jurisdisão Real que fosse achada a desfazelas em coanto Sua Magestade não rezolvese o que mais convem a seu Real servisso e que para formar os ditos embargos fazião seus procuradores bastantes aos lesenseados Francisco Barbosa e Thomas da Silva de Mello, e lhe davão os poderes hem direito necesarios, e que outro sim requerião a elles offisiaes da Camara que como cabeça desta republica assistissem nos ditos embargos por serem em hordem ao bem e honra desta Villa he moradores della. o que visto por elles offisiaes da Camara lhe mandarão thomar seu requerimento he recorrasão, he disserão que como regedores desta republica lhes assistirão a seus embargos, e de tudo mandarão fazer este assento que todos assinarão. Francisco Monteiro da Costa o escrevi».

Este auto de noticia encerra 94 assinaturas, sendo 19 de +.

(Códice 1365, D.^{to} 213. Arq. M. G.^{es})

Foi como se deixa ver, o interesse dos vimaranenses pela conservação dos Paços dos Duques — *«por serem em hordem ao bem e honra desta Villa»* — que os frades capuchos não prosseguiram na demolição do referido monumento.

Em troca da pedra dos Paços dos Duques, deliberava a Camara concordar que lhes fosse cedida *«a pedra da barbaquam do muro de fora do castello desta Villa para a parte do norte e mais corenta mil reis do dinheiro das calçadas que os Rendeiros...»* pagariam.

(Idem, idem, D.^{to} 215

C.

Tear «Jacquard»

Compra-se um tear «Jacquard» de 1.200 agulhas e com pente de 1m,50 aproximadamente, uma urdideira de tambor e uma canelera de 4 fusos, em perfeito estado de conservação.

Manuel de Sousa Oliveira — Urgez — Guimarães, ou em Braga na Rua 5 de Outubro, n.º 80.

«... E, o que é mais, novas estrelas»

Após uma vida de penoso e fecundo apostolado foi cruelmente martirizado, no reino de Maravá, na India, a 4 de Fevereiro de 1693, o insigne missionário português, Beato João de Brito. A data desse notável acontecimento, com a evocação dessa figura grandiosa que ela consagra, foi brilhantemente comemorada, por toda a imprensa católica do país. Bem merecida e oportuna foi essa homenagem. A ela deviam, por motivos de patriotismo, unir-se todos os que andam empenhados na restauração das nossas grandezas nacionais, mesmo todos os que nutrem, por cima de opiniões de partido e preocupações de facção, o sentimento do amor pátrio.

O saúdoso padre Santana disse um dia, com extrema verdade, que nós matamos os nossos homens. Ricos de uma floração grandiosa, de figuras históricas, que bastariam para formar o nosso orgulho e impor o nosso país à consideração do mundo, nós esquecemos, com facilidade, os nossos heróis e os nossos santos. A sua evocação é, mais que nunca necessária, nesta hora de restauração, porque os povos não se elevam nem engrandecem, senão na cultura das virtudes de que as grandes figuras nacionais são encarnação e exemplo.

Elas marcam, não apenas o luzeiro que projecta, sobre o trilho da Pátria, o clarão que guia à glória, mas a expressão dessa glória. A nossa grandeza afirma-se, na história, sobretudo pelas nossas descobertas marítimas. Por elas, nós demos ao mundo novos mundos, rasgamos a uma larga porção da humanidade os horizontes da civilização e contribuimos mesmo e largamente, para o aperfeiçoamento dos próprios povos, que já haviam recebido os favores e graças do cristianismo. Essa obra grandiosa não a realizaram, porém, só os navegadores audazes, que levaram as nossas caravelas aos confins do orbe. Essa epopeia realizaram-na os nossos heróicos missionários, espalhando, nas populações dessas regiões descobertas, a luz do Evangelho, polindo os costumes dos selvagens, cristianizando emfim, as almas que nelas viviam, mergulhadas na escuridão do erro, entregues às mais rudimentares e hediondas práticas da vida social.

O missionário não é assim, só o homem da Igreja, é também o homem da Pátria. Por ele a Igreja cresce e a Pátria se eleva. Sem ele, a nossa epopeia marítima teria a feição de uma conquista, sem ideal, senão de uma rapina deshumana, porque seria a sua consagração da força como único direito de domínio.

Uma verdadeira pléiade, luminosa constelação de missionários, tem em todos os séculos, engrandecido a nossa Pátria, ampliado a Igreja, despertado uma fecunda e admirável floração de almas para Cristo, para a civilização. João de Brito é dos astros mais luminosos, mais ricos dessa constelação admirável. E no entanto, quantos portugueses o conhecem? Quantos podem evocar os ensinamentos profundos da sua vida?

E ela é rica e opulenta de virtudes, compõe uma epopeia linda, que to-

Má educação em Guimarães

A um observador não será difícil notar que as árvores plantadas em terrenos do Estado sofrem cortes frequentes e até destruição da parte do garotio que enxameia pela cidade e seus arrabaldes.

Não sei se terá havido algum castigo exemplar para obstar a selvagerias desta natureza. Mas, seja como for, é certo que há prejuízos e não fica bem que qualquer rapaz mal educado destrua cousas que é obrigado a respeitar.

Não é de estranhar tal procedimento. Nunca ninguém lhes disse o que valia uma planta a não ser que pertencessem a famílias conhecedoras destes assuntos, e estas são poucas.

Rapaz, no sentido etimológico é aquêle que arrebatá, que apanha qualquer cousa violentamente.

E' tal a tendência das crianças para se apropriarem das cousas que, não tendo saco onde possam guardá-las, quando são muito pequenas as metem na boca. Parece que o homem nasce com tendência para se apoderar do que é do seu semelhante.

Não digo tendência para roubar. E' claro que as crianças, pequenos intérpretes da tendência para o roubo, apanham e destroem o que lhes seja possível. Estas inclinações porêm, precisam de ser combatidas.

UM SERRANO.

Lêde e propagai

«Ressurgimento»

dos os portugueses deviam saber de cor, para fazer dela, senão norma de vida, que nem todos podem seguir as suas pisadas heróicas, ao menos cartilha de devoção religiosa e patriótica, onde aprendessem o fervor do apostolado e o amor do próximo. Pio IX levou o grande missionário, às honras do altar, beatificando-o em 21 de Agosto de 1953.

Grandes são as figuras dos nossos santos. Alguns deles enchem o mundo com um prestígio que os séculos e os milagres aumentam, e alegam as almas com uma devoção que as graças crescem e afervoram. O Beato João de Brito deveria entrar nesse número, que a sua vida foi tam alta, a sua morte tam gloriosa, o seu apostolado tam fecundo, que deve ser junto de Deus uma intercessão valiosa, eficaz e pronta.

Trata-se agora da canonização do glorioso mártir português. Ergamos ao Céu, as nossas melhores súplicas, por intermédio do glorioso mártir, para que possamos obter todas as peças canónicas, de sorte que as glórias da canonização completem as da beatificação.

Nesse dia, Portugal terá mais uma glória, as almas mais uma protecção, o mundo mais um grande exemplo. Não matemos os nossos homens, antes ergamos bem alto o seu valor e trabalhemos, com as nossas preces, para que, na agiologia cristã brilhe mais um nome, e junto de Deus tenhamos mais um defensor.

L. M.

O PROBLEMA DA LUZ A Questão Social

Documento importante

Deveres

Do nosso illustre amigo, sr. Capitão Magalhães Couto recebemos a seguinte carta, que gostosamente publicamos:

« Ex.^{mo} Sr. Director do jornal *Ressurgimento* — Guimarães

Pessoa amiga chamou a minha atenção para o extracto da acta da Sessão da Câmara Municipal, realizada em 24 de Janeiro e publicada nos jornais dessa cidade, em que o actual presidente da Câmara fez a declaração de que,

« Quando na sessão do Conselho Municipal deu o seu voto aprovando a municipalização dos serviços eléctricos não conhecia o officio n.º 2.332 de 26 de Maio de 1938, da Junta de Electrificação Nacional, officio que não encontrou no Arquivo Municipal nem está registado por extracto no livro respectivo e de que só teve conhecimento pela referência que lhe é feita no officio n.º 5.205 de 7 de Dezembro de 1939 da mesma Repartição; porque se aquêle officio tivesse sido lido na referida sessão do Conselho Municipal, apesar de ser leigo em assuntos desta natureza e até por isso preferiria adoptar o conselho da primeira Repartição do Estado especializada naqueles serviços, a seguir o parecer, embora douto de um engenheiro especialmente encarregado pela Câmara de fazer o estudo da Municipalização dos Serviços Eléctricos.»

Consideramos corrente que qualquer pessoa mude de opinião sobre determinado assunto, se circunstâncias ou factos, sobrevindos ou não considerados, se impuserem à nossa inteligência de modo a modificar o juízo anteriormente formado.

Na longa prosa mandada aos jornais sob o título « Iluminação Pública e Particular da Cidade e Concelho de Guimarães » em vão se procuram quaisquer factos que determinem — neste momento — uma mudança de opinião. Pelo contrário, a promessa feita à Câmara, pela firma ex-concessionária, de uma nova proposta com vantagens sobre a anteriormente feita, aconselharia a conservar em plena eficiência, do lado da Câmara, até solução definitiva, a causa que tais resultados produzia.

Não se fez assim, e se para tanto há motivos — e deve havê-los — ainda os não conhecemos.

Mas o sr. dr. Rocha dos Santos, sente a necessidade de justificar a sua mudança de opinião; porém, em lugar de nos apresentar factos, circunstâncias, vantagens, só encontrou a luminosa idea de lançar as culpas do seu primeiro voto sobre alguém que sonou ao seu exame um officio em que tudo estava aclarado.

Gesto do afogado que agarra uma palha na ansiedade de se salvar.

Que diz o documento em questão? Reza assim:

« Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães.

Pedi-me V. Ex.^a que lhe enviasse, embora a título particular,

o meu parecer sobre o relatório mandado elaborar por essa Ex.^{ma} Câmara acerca da municipalização dos serviços de electricidade. Peço desculpa de responder com tanta demora, originada pela acumulação de muitos trabalhos.

O relatório, analisado nas suas linhas gerais por quem vê a questão de longe e desconhece pormenores, merece a seguinte crítica: os encargos estão calculados por baixo mas as receitas estão-no também. Os resultados financeiros que se apontam podem, por isso, aceitar-se sem dificuldade, o que significa que a municipalização é viável com as tarifas propostas.

Por outro lado, as condições apresentadas por Bernardino Jordão em baixa tensão, parecem-me francamente boas e são seguramente as melhores que há em Portugal; creio mesmo que tais condições, no caso de o Governo resolver facilitar financeiramente a electrificação, difficilmente se poderiam generalizar a todo o país.

E' certo que as reservas postas por V. Ex.^a em officio n.º III de 16 de Fevereiro, quanto à contagem de iluminação pública e mínimos de consumo nas freguesias rurais são para ponderar, mas não julgo impossível um acôrdo aceitável.

Em resumo, esta Junta aceita qualquer das soluções, porque o que lhe interessa é ter tarifas e condições de venda que tornem a electricidade acessível; à Ex.^{ma} Câmara compete deliberar sobre o caminho a seguir. Lembro porém, que, em qualquer hipótese, se torna indispensável que a fixação das tarifas nos seus pormenores seja feita por estes serviços nos termos do Decreto-Lei n.º 27.289 de 24 de Novembro de 1936 ou do Art. 8.º do Decreto-Lei n.º 28.123 de 30 de Outubro de 1937.

A Bem da Nação.

Junta de Electrificação Nacional, 26 de Maio de 1938.

O Engenheiro Presidente,

a) *Ferreira Dias*

Como do seu próprio teor se vê é um documento particular e que por assim ter sido considerado dele se não fez extracto nem foi à acta, embora se tivesse dado conhecimento dele aos Srs. Vereadores em uma das Sessões.

Nenhuma razão havia para conservar esse documento secreto quando elle vinha confirmar, de modo absoluto, a orientação que a Câmara seguia. De facto, ao discutir-se o relatório elaborado pelo engenheiro sr. Almeida d'Eça sobre a Municipalização dos serviços Eléctricos chegou a duvidar-se da viabilidade da municipalização com as tarifas então correntes e que serviram para os cálculos.

Que nos afirma então o officio em referência? Afirma-nos que com tais

tarifas a municipalização era perfeitamente viável.

E acerca das nossas objecções sobre contagem da iluminação pública e mínimos de consumo para as freguesias rurais?

Que eram de ponderar, diz-se no mesmo officio.

Pois se assim era, a Câmara não tinha mais do que seguir na mesma orientação em defesa dos interesses do Município e dos municipes.

E que a Câmara tinha razão viu-se seguidamente, porque, não obstante as tarifas propostas pela firma ex-concessionária serem as melhores do país, as circunstâncias especiais de Guimarães na produção e consumo de electricidade, permitem ao ex-concessionário, numa segunda proposta, oferecer, para uma futura concessão condições com grandes vantagens sobre as da proposta anteriormente feita.

E não parou aí, pois segundo se vê das declarações de alguns Senhores Vereadores, houve promessa de nova proposta ainda mais vantajosa.

Não foi, porém, necessário efectivar tal promessa para que a firma ex-concessionária obtivesse aquilo que tanto desejava: a desistência da Câmara em municipalizar os serviços.

Está agora o assunto entregue à provada competência da Junta de Electrificação Nacional que parece não morrer de amores pelas propostas já feitas, porque promete defender corajosamente o consumidor até onde fôr justo. E' porque ainda não vê o caso suficientemente defenido.

Temos esperança de que, na concessão, há-de também ficar assegurada a electrificação das freguesias rurais.

Com mais facilidades, com maior proveito para o Município e para o municipe do que em regime de Municipalização?

Fique a pergunta feita e deixemos ao futuro responder.

Oxalá que a resposta sirva para justificar a nova orientação da Câmara.

Guimarães, 21 de Fevereiro de 1940.

LUGARES SELECTOS

« Não queremos acabar estas palavras sem o nosso protesto mais formal sobre o dizer de S. Ex.^a ouvindo dizer que nós eramos assalariados dos democráticos!

O sr. ... não disse a quem o ouviu dizer. Nós teríamos o máximo empenho em sabê-lo para afirmarmos a tódas essas santas criaturas que mentem vilmente, descaradamente!...

Ver-se-ia o feitiço virado contra... o *feiliceiro*. »

(Do *Notícias de Guimarães*, n.º 61, de 26-3-1933).

Lêde e propagai

“*Ressurgimento*”

E' tam importante esta questão que sempre tem merecido as melhores atenções da Igreja e dos Estados bem orientados, à frente dos quais vemos o nosso guiado pela sapien-tíssima orientação de Salazar, o Chefe que pelos seus sentimentos nobres, pelas suas altas virtudes, vai assombrando o mundo com o êxito feliz dos seus múltiplos trabalhos.

Como não será bom cidadão todo aquê que num egoísmo crasso só viver para si e só pensar em si, entendo na minha pequenez e humildade que devo contribuir com a minha cota parte para o bom entendimento entre as classes, apontando aos seus membros as doutrinas porventura esquecidas, que tanto me têm impressionado e que tanto têm contribuído para suavizar a minha vida de humilde lutador pelo pão nosso de cada dia. E' nesta intenção e longe, muito longe da política — que está entregue em muito boas mãos — que eu, humilde entre os humildes, mas sincero entre os sinceros, ousar tomar a pena e traçar palavras, principiando por perguntar:

Quais os deveres do operário?

O operário deve fornecer integralmente e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; não deve lezar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências, e nunca revestir a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estêreis pesares e a ruína das fortunas.

Quais os deveres dos patrões?

Não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nêle a dignidade do homem realçada ainda pela dignidade do cristão. O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objecto de vergonha, faz honra ao homem, porque lhe fornece um meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e deshumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. *Tenham-se em consideração os interesses materiais e também os interesses espirituais do operário.*

Aos patrões compete velar por que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer nêle o espírito de família nem os hábitos de economia. E' preciso que os patrões não imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas fôrças ou em desarmonia com a sua idade ou com o seu sexo.

Estes são os princípios cristãos pelos quais se orienta a Pátria Portuguesa. Quem os segue, e só esse, é nacionalista de verdade.

PAULINO LOBO.